

EDITORIAL

*Por Antonio Manoel Conceição
Ilídio Fernando
Morgana Camargo Nalli*

Com satisfação apresentamos a edição-volume 10 n. 2 da revista *Relegens Thréskeia*, que conta com duas seções: a temática e a livre. A seção temática intitulada **INTERFACES ENTRE RELIGIÕES E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE**, composta por oito artigos e que a respectiva contextualização encontra-se no primeiro trabalho desta publicação, resultante de esforço interinstitucional e em rede pelos pesquisadores Dr. José W. A. Neves Júnior, vinculado ao departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Frank Antônio Mezzomo, vinculado ao Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); e Ari Pedro Oro, que por sua vez está vinculado ao Departamento de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A seção de artigos com temas livres, oriunda das submissões em fluxo contínuo é composta por sete artigos. Apresenta temáticas diversificadas e que contemplam questões sobre justiça social, espiritualidade cristã relacionado com a saúde do idoso, análise de “testemunhos” religiosos para pensar as divindades como personagens e teorias de conspiração, assim como o procedimento da teologia pública diante das questões religiosas que atravessam o ambiente público e da construção historiográfica do ateísmo e feminismo no Brasil.

Nisto, o primeiro artigo escrito por João Batista Ribeiro dos Santos, versa sobre **“O vidente Amós e a política: contextos do sul do levante para estudos no livro de Amós (século VIII A.E.C.)”**, no qual o autor estabelece sua análise tendo como base o livro bíblico de Amós, em que as palavras contidas no livro e a ação do Profeta são transformados enquanto um ícone da justiça social. Procura estabelecer uma análise interpretativa a partir da processualidade historiográfica com ênfase o séc. VIII, como fontes, acontecimentos e contextos dos movimentos vitais envolvendo o domínio do império neoassírio, a política expansionista de Damasco e as pretensões comerciais israelitas na região.

Em a **“Espiritualidade cristã, políticas públicas e envelhecimento: limites e possibilidades no cenário contemporâneo”**, de Flávio da Silva Chaves, o autor, estabelece como objetivo a apresentação da espiritualidade cristã como base de referência para a intervenção no campo da saúde do idoso. Ele esclarece que a exposição, ainda que seja pelo

viés da espiritualidade cristã, não pretende negar ou fazer juízo de valor a outros modos de vivenciar o sagrado nem apresentar a mesma como absoluta em relação as intervenções no campo das políticas públicas. Discorre sobre os aspectos positivos e negativos (práticas intervencionistas), do estatuto do idoso. Trata dos problemas inerentes ao crescimento da população idosa no mundo, referentes à saúde, educação, assistência social e bem-estar geral e como esses fatores impactam as relações familiares. Faz então um questionamento - como conciliar espiritualidade e políticas públicas na qualidade de vida do idoso? Apresentando a alternativa de um debate em torno do conceito de cidadania deliberativa, propondo então uma parceria entre a sociedade e o Estado. Como segunda proposta apresenta a possibilidade de um diálogo para a inserção da espiritualidade atividade existencial para o idoso. Nesse contexto ele sugere a Teologia Prática como forma de abrir o diálogo possibilitando um novo modo de fazer Teologia que intervém nos problemas sociais. Considera o mesmo, que tanto a fé como a política são fundamentais para o desenvolvimento humano e, que a experiência religiosa contribui para o crescimento pessoal por meio do aumento da tolerância nos relacionamentos dos diversos grupos sociais. Por último o autor advoga por um debate entre espiritualidade e políticas públicas. Afirma que crer faz bem à saúde e que cuidar é curar, considerando que a espiritualidade confere sentido ao ser, promovendo o desenvolvimento humano, mesmo na eminência da morte.

No terceiro artigo, **“A divindade como personagem: narrativas testemunhais em santuários católicos (2012-2013)”**, o autor Jael dos Santos refletirá sobre as narrativas envoltas nos “testemunhos” religiosos a partir de entrevistas realizadas entre 2012 e 2013 em santuários católicos da região Sudoeste do Paraná. Essas narrativas demonstram que as práticas de devoção posicionam as divindades como personagens que interfeririam objetivamente na história cotidiana dos entrevistados, apresentando que há uma tentativa de demonstrar sentidos maiores envolvidos na existência dessas pessoas, sentidos esses compreendidos e legitimados por aqueles “que tem fé”.

Já em **“Teorias de conspiração como objeto de estudo para a ciência da religião”**, os autores Fábio L. Stern e Lucas Shiroma Grisotto trazem para a discussão dos cientistas da religião brasileiros, o tema das teorias da conspiração. Para isto, a fim de fornecer uma alternativa de método no estudo dessas teorias, se utilizam dos pensamentos de David Robertson e de Franks e outros colaboradores. O artigo nos apresenta os impactos políticos das teorias de conspiração, trazendo como exemplo o movimento “Escola sem Partido”; as questões

dessas teorias basearem-se, muitas vezes, em pensamentos contracientíficos e como essas narrativas conspiratórias angariam seus adeptos.

O próximo artigo, **“As Teorias da conspiração no movimento nova era”**, de Silas Guerriero e Carlos Bein, entre elas apresentam um viés semelhante no que concerne às estruturas religiosas, assim como algumas religiões podem conter componentes conspiratórios em seus conjuntos de crenças. Teorias da conspiração estiveram presentes no Movimento Nova Era desde seus primórdios e, continuam influenciando seus adeptos até os dias atuais. A chamada “Conspiração Aquariana” procurava transformar os rumos da humanidade, sem as limitações materialistas e almejando a plena realização espiritual. De modo mais específico, o trabalho analisa aspectos do gnosticismo, um dos elementos constituintes originários da Nova Era, como inspirador de muitas de suas teorias da conspiração, notadamente as do mal pelo bem. Religiões e teorias da conspiração compartilham representações e mecanismos cognitivos. Por esse motivo as teorias da conspiração se encontram presentes na Nova Era. Mesmo atualmente, passadas décadas do movimento de contracultura e da emergência do Movimento da Era de Aquário, o *ethos* nova era gera as condições propícias para o surgimento e a manutenção de novas teorias da conspiração.

O sexto artigo **“A Laicidade no Brasil e a teologia pública”**, texto de Michele Janene Karigyo, Alonso Gonçalves, Paula de Magalhães Corrêa Campo e Ilo Rodrigo de Farias Machado traz uma contextualização sobre como, apesar da secularização, o Brasil é atravessado por aspectos religiosos no ambiente público. A teologia pública nesse ambiente deve ser percebida como aquela que pretende ser uma voz, dentre tantas outras, aquela que entre diversos símbolos, como por exemplo a abertura de escolas para o ensino confessional, se faz um canal de diálogo para a construção de uma laicidade que inclui a fé no debate, sem, no entanto, se sobrepor às demais vozes.

Para finalizar a seção livre, trazemos o artigo **“Ateísmos no Brasil: apresentando a obra *O Ateísmo no Brasil (2020)*”**, em que Jônatas Ferreira de Lima Souza abordará os tópicos “As definições de ateísmo” (2020, p. 14-17); “O ateísmo na historiografia brasileira” (p. 17-29); “O ateísmo materialista na obra de intelectuais comunistas brasileiros” (p. 129-138); “A criação da *Revista Ateísta*” (p. 198-218); e “*Ateísmo e feminismo*” (p. 215-218) da obra *O Ateísmo no Brasil: os sentidos da descrença nos séculos XX e XXI*. O intuito do autor é apresentar, com esses tópicos, discussões sobre as definições de ateísmo, sua construção historiográfica e a chegada do pensamento ateísta no Brasil, além da questão feminista envolta nessa discussão. Apesar de se basear na obra de Ricardo Oliveira, o autor Jônatas amplia as

discussões contidas nos tópicos do livro ao criar seus próprios tópicos e ampliar a discussão através de um diálogo com a obra. Nesse sentido, o artigo demonstra como a obra de Ricardo Oliveira é de suma importância para os cidadãos que se interessam por como os políticos e governantes usam e abusam da democracia no Brasil.

Confiantes que os leitores encontrarão neste dossiê e nos artigos de tema livre uma circunstância oportuna de leitura e aprofundamento em seus estudos e pesquisa, desejamos a todos e todas, uma boa leitura.

Cordialmente,

Antonio Manoel Conceição

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de Contabilidade da UNESPAR Campus de Apucarana. Doutorando no programa de pós-graduação em Serviço Social e Política Social. E-mail: proftoni@uol.com.br

Ilídio Fernando

Formado em curso superior de Gestão de Recursos Humanos pela Unicesumar. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Doutorando no Programa da Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC) e pesquisador no Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: jucaelina.fer@gmail.com.

Morgana Camargo Nalli

Bacharel em Direito pela Faculdade Arthur Thomas; Graduanda em Ciências Sociais e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC)) e pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) pela Universidade Estadual de Londrina – Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: morgananalli@yahoo.com.br.